

A EDUCAÇÃO NO PROCESSO ABOLICIONISTA

Willian Robson Soares Lucindo

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC).

E-mail: wrs10202@hotmail.com

FONSECA, Marcus Vinicius. **A Educação dos Negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

O livro de Marcus Vinicius Fonseca visa analisar as concepções e práticas educacionais do processo de abolição da escravatura. Assim, o livro foca as crianças beneficiadas pela lei do ventre livre. Também objetiva, elucidar o sentido da educação nesse processo juntamente com a sua importância, como forma de integrar os negros à sociedade pautada pelo trabalho livre. Dentro do projeto emancipatório, havia abolicionistas que entendiam que para emancipar era necessário educar, para que os ex-escravos gozassem plenamente da liberdade e, mais do que isso, educar faria com que essas pessoas não deixassem seus postos de trabalhos.

Além de considerar que o estudo sobre a educação traz novas perspectivas para as pesquisas sobre o abolicionismo, Fonseca considera que a Lei do Ventre Livre pôs em prática as primeiras experiências educacionais de caráter moderno para os negros. Dessa forma, o período estudado vai desde 1867, quando o imperador Dom Pedro II passou a responsabilidade de por fim a escravidão a Assembléia Geral, até a abolição.

Inserido na proposta teórico-metodológica dos thompsinianos brasileiros, o autor entende que as novas perspectivas abertas por essa proposta permitem estudar o escravo sem as teorias a priori, e ainda recupera as diversas formas de ações existentes na escravidão. A Lei do Ventre Livre, nessa perspectiva é mais do que a proposta de emancipação de crianças negras, é uma mudança psicossocial no cotidiano da sociedade escravista. Reconhecendo o direito à maternidade e construção de família para as pessoas escravizadas, tal lei também normatizou alguns pontos indefinidos da jurisprudência.

As fontes utilizadas são principalmente produzidas pelo Estado, relatórios do Ministério da Agricultura, anais de congressos agrícolas, relatórios da Assembléia geral, os projetos da lei apresentados na Assembléia, escritos de políticos, relatórios e estatutos de associações educativas que se destinaram a abrigar as crianças beneficiadas por tal lei. Por

esse privilégio de fontes, o livro não traz discussões sobre as práticas educacionais particulares dessas crianças, somente se discute as práticas das crianças que foram entregues ao governo. Ainda que a maioria esmagadora das crianças, quase a totalidade, ficou nas “mãos” dos senhores de suas mães.

O que é discutido não são as práticas educacionais em si, Fonseca faz uma discussão sobre o projeto abolicionista a partir de seus idealizadores, discute como os dominantes pensaram a manutenção de sua dominação em um momento de modernização das relações no Brasil. Assim, a educação dos negros aparece como um ato que visava projetar a existência desejada para os negros e a lei como uma tentativa de moldar a realidade brasileira da época.

Desde a década de 60 do século XIX, a escravidão passa a ser mal vista por conta dos acontecimentos internos e externos. Como contexto externo “assombra” a sociedade brasileira, a independência do Haiti e a guerra estadunidense, já no Brasil as revoltas escravas, além da intervenção inglesa no tráfico transatlântico. A saída para a escravidão é, através da Lei do Ventre Livre, uma proposta progressiva e indireta, pois restringe a escravidão aos adultos e introduz aos poucos levas de indivíduos livres.

Ao colocar a educação quase no mesmo patamar da abolição, tal lei coloca um problema do tipo de educação a ser dada às crianças. As práticas destinadas aos escravizados eram de âmbito privado com a intenção de embrutecê-los e torná-los ignorantes, pautada pela violência, a *pedagogia da violência*. Através da análise da obra literária *Vitimas e Algozes*, nota-se que tal pedagogia, e até mesmo o convívio de livres e escravizados, era indesejada para as crianças beneficiadas pela lei, pois como livres precisariam, ao contrario das pessoas escravizadas, serem úteis para a sociedade indo espontaneamente ao mercado de trabalho.

A Lei do Ventre Livre causou grandes discussões durante seu processo de aprovação na Assembléia, sofrendo por outro lado alterações. Nos primeiros projetos apresentados, o texto sugeria que “sempre que possível” os senhores das mães deveriam dar instrução elementar às crianças, a expressão “sempre que possível” tornava vago e não garantia a instrução das crianças. De outro lado, havia grupos que tentavam tornar obrigatória a instrução, que tinham como opositor o argumento que tal medida faria com que os senhores tivessem dois códigos de postura, um entre os escravos outro para essas crianças. Ainda que estas, ao deixarem seus postos de trabalho, roubavam o lucro dos senhores e causariam inveja entre os escravizados.

A saída foi uma “flagrante negociação”, já que os deputados tinham que demonstrar atuação em pró da emancipação. No texto final da lei, então, foram atendido os interesses de senhores e de abolicionistas. Com a instrução garantida às crianças dadas ao governo, em

troca de uma indenização, aos senhores ficou a obrigação de criá-las. Analisando o sentido da palavra, o autor chegou à conclusão que criar e educar eram quase sinônimos.

Nas mãos dos senhores, as crianças seriam educadas e paralelamente exploradas como trabalhadoras, sobre a tutela do Estado receberiam educadas moralmente e instruídas nas “primeiras letras”. Mas, Fonseca não pode afirmar com precisão se a proposta da lei se efetivou nesses moldes, pois como constatou apenas 113 crianças foi entregue ao governo, em 1885, o que alterou as práticas educacionais das instituições destinadas a elas. E, ainda, não se preocupou em analisar as práticas privadas de educação, ou de criação, dessas crianças.

Apesar do número baixo de crianças entregues, o Estado estimava que a maioria delas lhe fosse entregue, por isso se esforçou em construir uma estrutura educacional até 1879, quando a primeira leva de criança completaria oito anos. A preocupação com recepção das crianças pôde ser verificada através dos anais de congressos agrícolas, do Rio de Janeiro e Recife.

Mais do que isso, verificasse que a educação dessas crianças estava vinculada com o debate sobre a condição do trabalho para lavoura. Do lado norte, os agricultores consideravam que não faltava mão-de-obra, como era sugerido no sul, e sim que havia falta de qualificação dela. E, os dois lados eram amplamente favoráveis à educação das crianças nascidas livres, que deveria ser voltada para o trabalho agrícola. Por isso, o governo chegou a sua estimativa contrariada pela prática.

Devido a pouca procura, os maiores beneficiados acabaram sendo o escravos libertos, pois as instituições voltadas às crianças nascidas livres acabaram atendendo, em sua maioria, crianças negras. Mas no geral, a escolarização das crianças negras não previa uma mudança de status, pelo contrário, voltava-se para o trabalho agrícola, trabalho que tinha por base mão-de-obra escrava.

O trabalho de Marcus Vinicius Fonseca é uma minuciosa análise do discurso sobre a educação das crianças nascidas livres de mães escravizadas, vinculando ao projeto de abolição, demonstrando que esse discurso tinha um importante papel no projeto abolicionista. Vinculado ao debate da força de trabalho, que dividia os discursos, essa prática é a solução de nortistas e sulistas, apesar de perspectivas diferentes.

Talvez, o que falte em Fonseca para ser mais uma pesquisa sobre educação dos negros, do que sobre o projeto abolicionista, é investigar as práticas particulares, o que aconteceu com as crianças nascidas livres que ficaram nas mãos dos senhores de suas mães, a maioria absoluta delas. Mas, como todo estudo tem que ser parcial, o livro realmente apresenta *uma nova face do processo de Abolição da escravidão no Brasil*.